

6**Considerações Finais**

A investigação realizada trouxe alguns dados que merecem atenção e tratamento para que possam se constituir em elementos capazes de proporcionar a compreensão sobre a articulação da reforma trabalhista e a teoria do valor-trabalho, como estratégia para a acumulação capitalista que precariza ainda mais as relações de trabalho na contemporaneidade.

Durante todo o percurso, procuramos trabalhar as questões envolvidas com o objeto de pesquisa, de forma a demarcar as suas características. Assim, a pesquisa foi orientada, sobretudo, pelo entendimento de que as mudanças significativas que se verificam no direito do trabalho, no Brasil, estão moldando um novo contorno à precarização das condições de vida e de trabalho do trabalhador. As contradições estão mais visíveis em consequência das novas formas de organizar a produção e a gestão do trabalho.

Esse quadro é ocasionado pelas duras e constantes investidas de políticas de corte neoliberal sobre o trabalho, sobretudo a partir da segunda metade da década de 1990, quando o país passou a vivenciar, no seu cotidiano, as demissões em massa, a redução de poder de compra dos salários, a informalização e a fragmentação da produção.

Buscamos trazer à tona elementos de uma realidade complexa que, embora não possa ser absolutamente apreendida, deve ser considerada como uma totalidade indivisível. Partimos, então, da premissa de que diversos processos em curso, como é o caso da reforma trabalhista, somente podem ter seu significado compreendido, se vistos imersos nessa totalidade a qual pertencem e, sem a qual, não poderíamos chegar a uma síntese que pretenda superar a aparente fragmentação da realidade.

Nesse sentido, fizemos uma investigação partindo do próprio trabalho como elemento de análise fundamental, cujo papel merece ser demonstrado. Defendemos que o trabalho é elemento central na sociabilidade humana, tanto por seu papel de criador de valor (no modo de produção capitalista), quanto de mediador das relações entre os seres humanos e entre estes e a natureza.

Partimos da hipótese de que, localizado no capitalismo, o trabalho se subordina e subsume às necessidades desse modo de produção. Logo, uma compreensão das determinações do modo de produção capitalista foi fundamental para a compreensão do sentido do trabalho e de suas configurações atuais.

Não acreditamos, pois, que esta realidade prescinda do trabalho como organizador da sociedade e da vida humana. Por esse motivo, é difícil supor na sociedade dos dias atuais qualquer empreitada humana que prescinda do trabalho na forma capitalista – como venda de força de trabalho em troca da subsistência. Fazemos questão de mencionar que vivenciamos as aceleradas transformações das tecnologias de informação e comunicação, que elevam as possibilidades de compartilhamento de dados e interações pessoais e um campo de atuação em um nível nunca antes visto. Ainda assim, cada elemento material indispensável a tais tecnologias e inovações é construído por mãos humanas, que o fazem em troca de sua subsistência, com a condição de oferecer lucro ao seu empregador. Com isso, queremos dizer que a disseminação dessas novas tecnologias não só está subordinada a determinações do capital, como evidenciam sua irracionalidade, que revoluciona aceleradamente alguns setores, em detrimento de outros não privilegiados pelo mercado.

Assim, buscamos demonstrar que o panorama de crise e dificuldade de crescimento das taxas de lucro deu origem a uma reorganização do capital, onde se localiza a reestruturação produtiva. Inovações técnicas, gestionárias e políticas responderam como puderam à crise.

Os resultados trazidos pela pesquisa, em face da complexidade e dinâmica da realidade e das limitações desta abordagem, sugerem que a reforma trabalhista é uma adequação a novas relações de trabalho necessárias à economia (capitalista) atual. Dessa forma, a crítica da reforma trabalhista deve passar pela crítica do próprio capitalismo, para se configurar em uma crítica *imanente*, ou seja, que parte de elementos do próprio sistema investigado.

Dessa forma, as reflexões construídas a partir dos dados coletados apontam que, da forma como está sendo conduzida, a reforma trabalhista vem alterando, direta e indiretamente, a repartição do valor produzido e circulante, entre trabalhadores e capitalistas, em um processo que, dialeticamente, envolve

a normatização de práticas já exercidas e, por outro lado, cria condições para novas formas de precarização.

De uma forma geral, as questões aqui pontuadas não possuem um caráter conclusivo. Antes, pretendem apontar a necessidade de um maior aprofundamento dos fatores que vêm se apresentando, para uma melhor compreensão das consequências da reforma trabalhista para a classe trabalhadora, no país.

Os elementos destacados sugerem que existe, em nossa sociedade, uma disputa pelo valor no interior da reforma trabalhista. Como foi demonstrado, no caso da referida reforma, a divisão desse valor é reconfigurada e, tanto a distribuição do valor, como as condições objetivas, subjetivas e contratuais do trabalho, são objeto de disputa, centrada na luta de classes. Assim, a luta de classes está presente na determinação da reforma trabalhista, ainda que um dos lados da disputa tenha ganhos bem mais expressivos que o outro. A não consideração da luta de classes implica em uma avaliação e atuação reificada, que traz, como consequência, dificuldades na tentativa de apreensão do significado das pautas em questão, em especial, no que tange ao significado da reforma trabalhista.

Um ponto reiteradamente abordado neste estudo foi a determinação do modo de produção capitalista sobre o trabalho e, através deste, sobre a vida humana. Existe uma atual necessidade de reafirmar essa tese, pois, sem tal perspectiva, qualquer intervenção mantém o cerne da questão social (pobreza, miséria, precarização do trabalho, desemprego), ainda que estes problemas venham sendo alvo de investigações e ações políticas e econômicas. O que percebemos é que, não levar em conta esse dado da realidade significa arcar com as consequências da subsunção do trabalho pelo capital. Dessa maneira, assumir a posição de “defensor” desse modo de produção e, como ele, suas consequentes mazelas, contrasta com uma postura oposta, aquela que, a partir de crítica do capitalismo, aponta para a necessidade de uma alternativa real a este. Dessa forma, a negação ou a omissão da existência de um modo de produção, baseado na exploração do trabalho, na expropriação dos meios de subsistência humana e que subordina a ação produtiva¹ ao lucro, significa a

¹ Não só na produção, mas em diversas outras “esferas”, a partir do momento em que o capitalismo estende a forma mercadoria a todos os setores da vida social.

assunção das consequências deste modo de produção e a opção por mantê-las. Ainda que isso seja feito de forma, muitas vezes, velada ou envergonhada e, noutras vezes, explícita. Considerando esse quadro, cremos que, mesmo em condições adversas, como as atuais – ou justamente por esse motivo – uma questão fundamental, que propomos aqui, é a necessidade de “desavergonhar” a crítica radical – no sentido de tomar pela raiz – ao capitalismo, seja na análise teórica, seja na ação política.

*Talvez o mundo não seja pequeno
Nem seja, a vida, um fato consumado*

Chico Buarque